



IX ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ISSN: 2594-5688

secretaria@sbap.org.br

Sociedade Brasileira de Administração Pública

ARTIGO

**EFEITOS DA CAPACIDADE ESTATAL MUNICIPAL SOBRE A
RESPOSTA EDUCACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA:
EVIDÊNCIAS DO BRASIL**

GUILHERME FRANÇA CORRÊA,

**GRUPO TEMÁTICO: 18 Performance dos governos
subnacionais e locais na administração pública**

IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/SP, 5 a 7 de outubro de 2022.
Sociedade Brasileira de Administração Pública
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

Efeitos da capacidade estatal municipal sobre a resposta educacional em tempos de pandemia: evidências do Brasil

Resumo:

Este artigo investiga se municípios com maior capacidade estatal foram mais bem sucedidos em dar sequência às atividades educacionais durante o enfrentamento à pandemia no Brasil. Nesse sentido, há evidências empíricas de que aumentar a escolaridade em 1% da burocracia estatal municipal, está associado, em média, a um aumento de 0,04% no Índice de Resposta Educacional (IRE), elaborado no presente artigo, com base em dados do Inep (2021). Em outras palavras, ter um corpo técnico-administrativo altamente qualificado em capital humano, faz diferença no enfrentamento à problemas complexos na gestão pública, caso da pandemia de COVID-19 e da oferta educacional. A principal limitação do estudo é que não se pode inferir causalidade a partir dos resultados apresentados, o que sugere ser necessário futuras pesquisas para validar e refinar os resultados encontrados neste trabalho.

Palavras-chave: COVID-19, capacidade estatal, performance, resposta educacional, capital humano

Introdução:

Desde 2020, assistiu-se ao impacto assombroso da pandemia da COVID-19 desafiar a sociedade a nível global, com efeitos múltiplos que acometeram diretamente a saúde pública, os setores econômicos e serviços sociais em diversas escalas, criando um cenário até então desconhecido à ação governamental. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), até junho de 2022, já haviam sido confirmados mais de 541 milhões de casos da doença e mais de 6,3 milhões de mortes pela COVID-19 no mundo. O Brasil, tendo sido o epicentro da pandemia durante os primeiros meses de 2021, alcançou o número de 600 mil mortes no dia 7 de outubro de 2021, segundo país em número absoluto de óbitos logo atrás dos Estados Unidos (OMS, 2021).

Pode-se dizer que a pandemia da COVID-19 não apenas agravou problemas sociais pré-existentes no Brasil, mas também desnudou sua desigualdade estrutural. Entre 2020 e 2022, o número de domicílios com moradores passando fome saltou de 9% (19,1 milhões de pessoas) para 15,5% (33,1 milhões de pessoas), colocando o país novamente no Mapa da Fome da ONU. No cenário educacional não foi diferente. A pandemia pode ter criado um retrocesso de duas décadas para mais de 5 milhões de crianças e jovens – o que equivale a 13,9% da população brasileira de 6 a 17 anos. Esses números são majoritariamente de crianças e jovens pobres, pretos e pardos (68,5%).

O fechamento das escolas foi uma das políticas adotadas como forma de contenção da pandemia. De acordo com o relatório Education at a Glance de 2021, publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil foi o país que mais tempo manteve escolas fechadas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental durante a pandemia em 2020 (178 dias contra 58 dos

países da OCDE, em média). O relatório sustenta ainda que países cujas escolas permaneceram mais tempo fechadas, são também aqueles que obtiveram pior desempenho no Programme for International Student Assessment (PISA) 2018, caso do Brasil.

É neste cenário de grande imprevisibilidade onde este trabalho está assentado. Diante dos desafios citados – passados dois anos de pandemia-, é fundamental empreender esforços de forma a verificar quais foram possíveis características dos municípios mais bem sucedidos associadas a melhores resultados na oferta da educação básica. Este trabalho busca, portanto, oferecer contribuições na seguinte direção: será que municípios munidos de uma burocracia mais qualificada também apresentaram melhor desempenho na resposta educacional durante o enfrentamento à pandemia? Pretendeu-se explicar a resposta educacional - índice construído neste trabalho a partir de dados coletados na pesquisa "Sinopse Estatística do Questionário Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil" (Inep, 2021) -, a partir das capacidades estatais municipal, ou seja, uma proxy da capacidade técnico-administrativa dos municípios para conter o avanço da pandemia. O conceito de capacidade estatal aqui empregado deriva da burocracia weberiana, contemplando as competências dos agentes do Estado para levar a efeito suas políticas, produzindo ações coordenadas e orientadas para a produção de resultados (Gomide & Pires, 2014).

O escrito está dividido em sete seções, contando com esta parte introdutória. Na seção dois se discute a revisão de literatura que, por sua vez, incorpora a lente teórica analítica de capacidades estatais. A seção três descreve o estudo empírico conduzido a partir da pergunta de pesquisa, explicitando a estratégia de identificação usada e os principais resultados. A seção quatro aborda características dos dados utilizados junto aos resultados dos modelos empíricos. A seção 5 contempla as considerações finais, ao passo que, a seção seis e sete contêm, respectivamente, as referências bibliográficas e o apêndice do trabalho.

Revisão de literatura

Após a promulgação da Constituição de 1988, os municípios brasileiros fortaleceram sua autonomia como ente federativo, afetando diretamente as capacidades dos governos subnacionais de implementar políticas públicas. Tal mudança aferiu autonomia política, administrativa e financeira aos municípios, gerando um novo arranjo institucional no campo das políticas públicas. Ampliou-se

a centralidade aos municípios na prestação dos principais serviços públicos, processo este que se tornou ainda mais relevante pela ampliação inédita na provisão de um amplo leque de políticas sociais nos últimos trinta anos. Os municípios passam a ofertar Educação Básica para os Anos Iniciais e Anos Finais, sendo responsáveis, portanto, pelo aprendizado de mais de 26 milhões de estudantes de acordo com o Censo Escolar 2021.

Para dar conta deste novo desafio, passa a ser necessário mirar a construção de capacidades estatais locais levando em consideração, evidentemente, a existência ou não de um sistema nacional de políticas públicas setorial. O caso da educação é diferente da Assistência Social, com o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), e da Saúde, com o SUS (Sistema Único de Saúde), por exemplo. Isso ocorre porque, por um lado, a política educacional tem algumas ações sistêmicas ordenando sua lógica setorial, como o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), no financiamento e investimento, e algumas ações de indução federal como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Por outro, todavia, não há efetivamente um Sistema Nacional de Educação, enfraquecendo, portanto, a participação dos governos subnacionais nas decisões federais. Isso faz com que a relação da União com os municípios seja mais heterogênea do que nas outras pastas detentoras de sistemas organizados verticalmente.

O conceito de capacidades estatais surge como categoria analítica de afirmação da autonomia estatal, no âmbito de um debate entre diferentes correntes da teoria do estado, cujo expoente, encabeçado pelo neoinstitucionalismo, surge com o mote de "Bringing the State Back In" (Evans, 1985). A preocupação aqui é investigar em que medida os Estados apresentam (ou não) capacidades para alcançar efetivamente seus objetivos por meio de políticas públicas, tais quais a prestação de bens e serviços. Nesse sentido, este artigo trabalha com a seguinte definição do conceito de capacidades estatais: são competências administrativas, burocráticas, técnicas e institucionais que permitem aos governos controlar recursos vitais para atenderem seus objetivos políticos e organizacionais (Velo et al., 2011; Savoia & Sen, 2015; Kim, McDonald & Lee, 2018; Grin & Abrucio, 2021).

Cabe ressaltar ainda que no atual contexto político-institucional brasileiro, são vários os atores e interesses a serem considerados na implementação de uma política: burocracias de diferentes poderes

e níveis de governo, congressistas e organizações da sociedade civil. Ademais, em torno de cada política se arranjam organizações mecanismos de coordenação, espaços de negociação e decisão entre atores, além das obrigações de transparência, accountability e controle. Portanto, este artigo trabalhará com a noção de arranjo institucional enquanto o conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica (Gomide & Pires, 2014).

A mobilização de capacidades estatais no tratamento da resposta educação está concentrada, portanto, em que medida os arranjos de governança voltados a resolver problemas complexos – como a pandemia – são capazes à nível municipal.

Estratégia empírica

Em primeiro lugar, foi criado um índice com o objetivo de estimar o impacto da capacidade estatal dos municípios – variável independente - sobre a resposta educacional dos municípios durante a pandemia. Optou-se por denominar a variável dependente de Índice de Resposta Educacional (IRE), pois refere-se à realização de ações de enfrentamento à pandemia pelas escolas com apoio das respectivas secretarias de educação municipais.

A hipótese (H1) a ser testada é se municípios munidos de uma burocracia mais qualificada também apresentaram melhor desempenho na resposta educacional durante o enfrentamento à pandemia. Adotou-se um ferramental econométrico para testar H1 partindo, primeiramente, da construção da matriz de correlação de Spearman entre o Índice de Resposta Educacional (IRE) e as demais variáveis utilizadas na construção dos modelos empíricos, os quais serão apresentadas posteriormente. Foi construído um modelo de regressão simples por mínimos quadrados ordinários (MQO) na sequência para verificar a relação entre as variáveis a partir de seus coeficientes e significância, além de verificar a significância global do modelo a partir do teste F. Por último, foram desenvolvidos outros quatro modelos por Mínimos Quadrados Ordinários Múltiplo robustos à heterocedasticidade, inserindo variáveis de controle, a fim de verificar a estabilidade do coeficiente a medida que controles foram adicionados. O modelo final foi estimado da seguinte forma:

$$IRE = \beta_0 + \beta_1 educ_burocracia + \beta_2 Log_pib_pc + \beta_3 idhm + \beta_4 Ideb_2019 + \beta_5 pop + \varepsilon$$

Onde **IRE** é o Índice de Resposta Educacional; **Educ_burocracia** é uma proxy da capacidade estatal dos municípios construída a partir do nível de escolaridade da burocracia presente naquele território; **log_pib_pc** é Produto Interno Bruto per capita dos municípios em 2018; **idhm** é o Índice de Desenvolvimento Humano à nível municipal, cujo valor varia de zero até um (quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento humano); **Ideb_2019** é a nota de zero a dez agregada por município, enquanto **pop** é a população do município; ε é o termo de erro; e, por último, β é o vetor dos coeficientes estimados.

A estratégia de identificação possui geralmente desafios relacionados à endogeneidade quando busca-se inferir causalidade entre a variável explicativa e a variável explicada, sobretudo em situações quase experimentais e quando o nível do indivíduo analisado é agregado, como no caso de municípios. Embora este trabalho não possibilite a inferência causal entre as variáveis de interesse, há evidências consistentes de que existe uma forte associação entre elas a partir do modelo estimado por MQO múltiplo a ser discutido adiante na seção 4.

Para obter os dados do Índice de Resposta Educacional (IRE), foi utilizada a pesquisa "Sinopse Estatística do Questionário Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil" (Inep, 2021). Este índice é a porcentagem de execução de 32 dos 66 itens disponíveis no questionário sobre ações individuais de enfrentamento da pandemia pelas escolas com apoio das respectivas secretarias de educação municipais em 4 frentes distintas: i) Estratégias adotadas pela escola/secretaria de educação junto aos professores; ii) Estratégias de comunicação e apoio tecnológico disponibilizadas aos alunos; iii) Estratégias e ferramentas adotadas no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos; iv) Medidas sanitárias adotadas pela escola para o retorno das atividades presenciais.

A variável explicativa utilizada foi a % de burocratas com pelo menos Ensino Superior completo à nível municipal. Trata-se de uma variável dummy que captura a capacidade estatal dos municípios a partir do nível educacional da burocracia conforme utilizado por Meza et al., 2019. Se possuem pelo menos ensino superior completo, são considerados como um; do contrário, zero.

As variáveis de controle utilizadas para dar conta das heterogeneidades dos municípios brasileiros foram: (i) PIB per capita dos municípios de 2018 extraído do IBGE (2018) - e transformado em logaritmo por conta de sua distribuição assimétrica -, como medida do poder financeiro e produtivo os municípios; (ii) idhm agrega medidas de três dimensões do desenvolvimento humano -

longevidade, educação e renda -; (iii) Ideb 2019, considerada enquanto uma medida de capital humano, representa o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 2019 retirado do site do INEP (<https://www.gov.br/inep>), agregando as etapas do Ensino Fundamental para Anos Iniciais e Anos Finais e Ensino Médio ao nível dos municípios (nota de zero a dez); (iv) População dos municípios como forma de controlar pelo tamanho e capacidade dos municípios.

Resultados

A Tabela 1 traz a descrição das estatísticas básicas para maior compreensão dos dados utilizados neste artigo sobre 4.543 municípios brasileiros (81% do total no Brasil). Pode-se perceber que o PIB per capita dos municípios possui distribuição assimétrica a partir da discrepância entre a média de 24.402 reais e mediana de 18.305 reais, e inclusive o alto valor do desvio padrão, evidenciando maior desigualdade entre os municípios. Em relação ao Ideb, temos que as medidas de tendência central - média e mediana - já estão mais próximas, o que sugere uma distribuição dos dados mais próxima de uma normal. É interessante notar que 39%, em média, da burocracia dos municípios possui pelo menos ensino superior completo, pouco mais que o dobro das pessoas de 25 anos ou mais que concluíram a graduação no Brasil (17%). Dentre todas as possibilidades de resposta educacional e planejamento das escolas junto às secretarias municipais para enfrentamento da pandemia, sintetizadas pelo IRE, o município com maior destaque obteve apenas 80% das ações realizadas, o que pode ser preocupante tendo em vista a heterogeneidade dos territórios brasileiros e sua evidente desigualdade em termos de capacidades estatais para enfrentamento da pandemia.

Tabela 1

Statistic	N	Mean	St. Dev.	Pctl(25)	Median	Pctl(75)	Min	Max
População	4,543	41,763.37	248,085.30	5,753	12,036	26,581	839	12,396,372
PIB per capita dos municípios (BRL)	4,543	24,402.30	25,269.63	10,275.70	18,305.47	29,915.10	4,901.07	583,171.80
Ideb 2019 (0-10)	4,543	4.87	0.73	4.37	4.97	5.40	2.30	7.60
Burocratas com pelo menos ES completo (%)	4,543	39.05	11.69	31.54	38.69	46.30	0.39	91.35
Índice de Resposta Educacional (%)	4,543	44.41	8.96	39.66	45.41	50.15	7.26	79.86
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (0-1)	4,543	0.66	0.07	0.60	0.67	0.72	0.44	0.86

Fonte: elaboração própria

A Tabela 2 mostra as correlações de Spearman entre o IRE junto às demais variáveis. Todas as correlações apresentaram direção positiva – com exceção do Ideb e população do município - sendo, a maior delas, entre o IRE e o Ideb, o que confere maior confiabilidade sobre a medida desenvolvida neste trabalho para representar o atendimento escolar durante a pandemia. Importante ressaltar que

todos os relacionamentos são estatisticamente significantes.

Tabela 2

	1.	2.	3.	4.	5.	6.
1. <i>pop</i>						
2. <i>pib_pc</i>	0.075***					
3. <i>ideb_2019</i>	-0.103***	0.471***				
4. <i>educ_burocracia</i>	0.138***	0.246***	0.172***			
5. <i>indice_resposta_educ</i>	0.097***	0.278***	0.309***	0.135***		
6. <i>idhm</i>	0.134***	0.731***	0.604***	0.242***	0.352***	

Computed correlation used spearman-method with listwise-deletion.

Fonte: elaboração própria

Por sua vez, a Tabela 3 apresenta 5 modelos comparativos construídos para verificar o comportamento da variável IRE à medida que controles são incluídos. O IRE apresenta significância ao nível de 0,01 e também possui relativa consistência na magnitude de seu coeficiente a partir do 3^o modelo (variou entre 0,042 - 0,036). As demais variáveis de controle também são significantes ao nível de 0,01, com exceção do PIB per capita – explicado em grande medida pela inclusão do idhm – e da população dos municípios. É válido ressaltar a magnitude do coeficiente do Ideb em relação à variável de resultado IRE, uma vez que parece haver uma associação importante, o que faz bastante sentido. Redes que conseguem garantir melhor fluxo e aprendizagem parecem ser aquelas que apresentaram também melhor resposta educacional durante a pandemia. Por último, o modelo é globalmente significativo segundo a estatística F e possui um R² de aproximadamente 16%, isto é, explica em torno de 16% a variabilidade dos dados utilizados neste artigo.

Tabela 3

<i>Dependent variable:</i>				
Índice de Resposta Educacional (IRE)				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

Capacidade estatal	0.104*** (0.011)	0.060*** (0.011)	0.042*** (0.011)	0.037*** (0.011)	0.036*** (0.011)
Log do PIB per capita dos municípios		3.320*** (0.189)	0.416* (0.248)	0.317 (0.245)	0.321 (0.245)
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal			41.481*** (2.389)	29.120*** (2.648)	28.618*** (2.678)
Ideb 2019				2.163*** (0.210)	2.195*** (0.211)
População					0.00000 (0.00000)
Constant	40.354*** (0.459)	9.407*** (1.818)	11.257*** (1.764)	10.046*** (1.748)	10.213*** (1.753)
Observations	4,543	4,543	4,543	4,543	4,543
R ²	0.018	0.081	0.138	0.158	0.158
F Statistic	85.021*** (df = 1; 4541)	199.440*** (df = 2; 4540)	242.256*** (df = 3; 4539)	212.495*** (df = 4; 4538)	170.341*** (df = 5; 4537)

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria

O modelo estimado sugere que há evidências de que municípios munidos de uma burocracia mais qualificada também apresentaram melhor desempenho na resposta educacional durante o enfrentamento à pandemia, caracterizado por ser um problema complexo. O aumento de uma unidade na capacidade estatal dos municípios (1%) está associado ao aumento de 0,04 p.p no IRE. Estes achados são importantes em dois sentidos. Primeiro, traz uma contribuição empírica para um campo onde este tipo de pesquisa ainda é incipiente dado os acontecimentos recentes da pandemia. Em segundo, os dados investigados nesse artigo são evidências geradas que podem ganhar maior robustez metodológica e, inclusive, melhor refinamento em futuros trabalhos para o caso de inferência causal.

Conclusões

Este artigo investigou como hipótese (H1) se municípios munidos de uma burocracia mais qualificada também apresentaram melhor desempenho na resposta educacional durante o enfrentamento à pandemia. Os dados utilizados para a estimação do modelo econométrico tiveram origem na pesquisa

"Sinopse Estatística do Questionário Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil" realizada pelo Inep em 2021.

Há evidências empíricas de que ter um corpo técnico-administrativo altamente qualificado em capital humano faz diferença no enfrentamento à problemas complexos – como a pandemia – no setor educacional, representado pelo Índice de Resposta Educacional (IRE). A principal limitação do estudo é que não se pode inferir causalidade a partir dos resultados apresentados, o que sugere que novas pesquisas são necessárias para validar o índice criado junto aos modelos desenvolvidos neste trabalho.

Referências

ABRUCIO, F. L., GRIN, E. J., FRANZESE, C., SEGATTO, C. I., & COUTO, C. G. (2020). **Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental**. Revista de Administração Pública, 54(4), 663–677.
<https://doi.org/10.1590/0034-761220200354>.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2021.
Evans, P. B. Embedded Autonomy, 2012. 11314, 2012. Bringing the state back in. Cambridge University Press, 1985.

FRANZESE, C., & ABRUCIO, F. L. (2013). **Efeitos Recíprocos entre Federalismo Políticas Públicas no Brasil: os casos dos sistemas de saúde, de assistência social e de educação**.

GOMIDE, A. & PIRES, R. R. C. (2014). **Capacidades estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas** (Ed.). Brasília: IPEA.

GRIN, E. J. & ABRUCIO, F. L. **O elo perdido da descentralização no Brasil: a promoção das capacidades estatais municipais pelo governo federal**. Revista de Sociologia e Política [online]. 2021, v. 29, n. 77

GRIN, E. J., DEMARCO, D. J., & ABRUCIO, F. L. (2021). **Capacidades Estatais Municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro**. Vol. CEGOV.

INEP (2019). **IDEB - Resultados e Metas**. Brasília: Inep.

INEP (2021). Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística do Questionário Resposta à Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil - Educação Básica**. Brasília: Inep, 2021.

KIM, J., MCDONALD, B. & LEE, J. (2018). **The Nexus of State and Local Capacity in Vertical Policy Diffusion**. American Review of Public Administration, 48(2), pp. 188-200.

MEZA, O.D., GRIN, E. J., FERNANDES, A. S., ABRUCIO, F. L. (2019). **Intermunicipal Cooperation in Metropolitan Regions in Brazil and Mexico: Does Federalism Matter? Urban Affairs Review**. 2019;55(3):887-922. doi:10.1177/1078087418816433

MOREIRA, A. (2021). **Relatório da FAO mostra aumento do número de brasileiros com fome**. Valor Econômico. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2tfwx39>.

OMS (2021). **Organização Mundial da Saúde (World Health Organization)**. <https://www.who.int/pt>. Acesso em 14 dez. 2021.

SAVOIA, A. & SEN, K. (2015). **Measurement, evolution, determinants, and consequences of State capacity: a review of recent research**. Journal of Economic Surveys, 29(3), pp. 441-458.

VELOSO, J. F. A., MONASTERIOS, L. M., VIEIRA, R. S. & MIRANDA, R. B. (2011). **Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras**. Brasília: Ipea

Apêndice

Questionário - Índice de Resposta Educacional (IRE):

Frente	Ação
1. Estratégias adotadas pela escola/secretaria de educação junto aos professores	1) Realização de reuniões virtuais de planejamento, coordenação e monitoramento das atividades (%)
	2) Treinamento para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presencial (%)
	3) Disponibilização de equipamentos para os professores - computador, notebook, tablets, smartphones etc. (%)
	4) Acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio (%)
	5) Reorganização/adaptação do planejamento/plano de aula com priorização de habilidades e conteúdos específicos (%)
	6) Nenhuma das estratégias listadas (%)
2) Estratégias de Continuidade das Atividades Pedagógicas Durante a Suspensão das Atividades Presenciais	7) Acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio (%)
	8) Disponibilização de equipamentos para uso do aluno (computador, notebook, smartphones, etc.) (%)
	9) Manutenção de canal de comunicação com a escola (e-mail, telefone, redes sociais, aplicativo de mensagens) (%)
	10) Manutenção de canal de comunicação direto com os professores (e-mail, telefone, redes sociais, aplicativo de mensagens) (%)
	11) Nenhuma das estratégias listadas (%)
3) Estratégias e ferramentas adotadas no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos	12) Treinamento junto aos pais e alunos para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presencial (%)
	13) Disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem impressos (livros didáticos impressos, apostilas, atividades em folha etc.) para retirada na escola pelos alunos ou responsáveis e/ou entrega em domicílio (%)
	14) Disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem na internet (vídeos, podcasts, publicações em redes sociais, plataformas virtuais, aplicativos para celular) (%)
	15) Realização de aulas ao vivo (síncronas) mediadas pela internet e com possibilidade de interação direta entre os alunos e o professor (%)

	16) Transmissão de aulas ao vivo (síncronas) por TV ou rádio (%)
	17) Transmissão de aulas ao vivo (síncronas) pela internet (%)
	18) Transmissão de aulas previamente gravadas (assíncronas) por TV ou rádio (%)
	19) Disponibilização de aulas previamente gravadas (assíncronas) pela internet (%)
	20) Realização de avaliações e testes, remotamente, pela internet ou com envio/devolução de material físico (%)
	21) Suporte aos alunos, seus pais ou responsáveis para a elaboração e o desenvolvimento de planos de estudos/estudos dirigidos (%)
	22) Atendimento virtual ou presencial escalonado com os alunos, seus pais ou responsáveis (%)
	23) Nenhuma das opções apresentadas (%)
4) Estratégias de Retorno às Atividades Presenciais - Ano Letivo de 2020	24) Manutenção das atividades de ensino-aprendizagem não presenciais para os alunos que não retornaram às aulas presenciais (%)
	25) Retornou às atividades presenciais e adotou estratégia de realização concomitante de atividades presenciais e não presenciais (ensino híbrido) (%)
	26) Reorganização curricular com priorização de habilidades e conteúdos específicos (%)
	27) Retornou às atividades presenciais e adotou estratégia de avaliação diagnóstica/avaliação de lacunas de aprendizagem dos alunos com adoção de atividades de reforço (%)
	28) Adoção de programa de educação acelerada para as séries/anos finais do ensino fundamental e médio (%)
	29) Reposição, total ou parcial, dos dias suspensos sem atividade de ensino-aprendizagem (%)
	30) Não retornou às atividades presenciais mas adotou estratégia de aumento da carga horária diária de atividades não presenciais (%)
	31) Planejamento de complementação curricular com ampliação da jornada escolar no ano letivo de 2021 (%)
	32) Nenhuma das estratégias listadas (%)